



---

## **EDUCAÇÃO INFANTIL E O APRENDIZADO DO CORPO HUMANO: A CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE E DO GÊNERO**

Eliana Cláudia Graciliano

Larissa Kühl Izidoro Pereira

Eliane Rose Maio

**RESUMO:** O presente texto intenciona nos encaminhar para a reflexão de como devem ser trabalhados os conteúdos escolares relacionados ao corpo humano, especificamente no que tange aos órgãos sexuais e à construção de gênero da criança no ambiente escolar. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica buscamos fontes que versam sobre a temática de forma a subsidiar as discussões propostas. Os resultados revelaram que as instituições de ensino formal devem e podem apresentar características positivas quanto à formação de gênero e formas dessas relações, de maneira que a Educação Infantil se caracterize como espaço favorável para o não-sexismo. Diante disto, enfatizamos que é necessário que os/as professores/as e demais profissionais que trabalham na Educação Infantil para conversar, discutir e informar seus alunos sobre gênero e/ou sexualidade precisam de uma formação acadêmica consistente, o que requer estudos teóricos sistematizados sobre educação sexual e gênero; ou ainda obrigatórios nos cursos de formação de professores, uma vez que a sexualidade é parte constituinte da personalidade de todos os seres humanos, construída histórica e socialmente durante o percurso de vida dos indivíduos, por tanto, temática de indispensável conhecimento aos profissionais da educação.

**Palavras-Chave:** Sexualidade Infantil; Gênero; Aprendizagem.

### **O Desenvolvimento da Identidade Sexual na Educação Infantil**

Quando nos dispomos a pensar sobre a Educação Infantil, imediatamente nos vem à mente a imagem de várias crianças brincando no parque e correndo de um lado para outro; em meio a essa imagem, a figura do professor/a segurando as mãos daquela criança a qual está com medo de descer do escorregador. Nesta mesma imagem, nas salas de aula, encontramos mãos cobertas com tinta guache ou um mundo imaginário em que um pouco de massa de modelar se transforma em trens, aviões, relógios, entre outras fantasias.



O fato de que a criança se desenvolve com o auxílio do ambiente escolar é inegável, isto porque se trata de um ambiente, a princípio, organizado para promover o desenvolvimento das capacidades humanas para interagir com o mundo ao seu redor. A criança desde pequena recebe intervenções do adulto em diversas situações como, por exemplo, no auxílio ao ato de mamar sozinha, usando suas mãos como apoio até que estas consigam escrever pela primeira vez seu nome. Atitudes estas possíveis pela socialização que a criança faz no contato com o mundo, na interação com o outro, no acesso ao conhecimento científico e com os objetos produzidos historicamente. Essa relação é contínua, em um primeiro momento da vida das crianças é indispensável à sua sobrevivência e, quando crescem, se constitui no modo de como humanos se apropriam da cultura produzida historicamente, isto é, a partir da aquisição das máximas elaborações humanas.

Pensar desta maneira implica que, no âmbito educacional o trabalho docente necessita delimitar finalidades pedagógicas, considerando “o conteúdo da atividade da criança e como esta atividade é constituída nas condições concretas de vida” (PASQUALINI, 2011, p. 67). Esta ação, que se torna diretiva ao trabalho do professor, fornece “subsídios para uma intervenção mais precisa e eficaz no processo de desenvolvimento infantil” (*Idem*).

A autora contemporânea Mello (2007), pesquisadora em assuntos relacionados à Educação Infantil ilustra essa premissa defendendo que o trabalho do/a professor/a necessita estar ancorado em uma vertente teórica para que de maneira consciente possa encontrar elementos mediadores (instrumentos e/ou estratégias) que concretizem esta teoria. Caso contrário, cairemos no discurso de senso comum: *a teoria, na prática, é outra*. Acreditamos que a garantia aos seres humanos das aquisições da cultura humana depende unicamente da “[...] possibilidade prática de tomar o caminho de um desenvolvimento que nada entrave” (LEONTIEV, 1978, p. 283).

Tal forma de conceber a prática pedagógica, para nós necessita direcionar o trabalho do corpo, desde as séries iniciais do ensino básico. O que temos percebido é que existem alguns/mas de nós -profissionais da educação-



que desenvolvem este conteúdo omitindo, ou repreendendo a fala dos órgãos sexuais, agindo de forma silenciosa à curiosidade das crianças, ou quando apresentada, carregam preceitos de moralidade com conotações de virilidade ou de subserviência ao gênero masculino (por exemplo, nomes no diminutivo), objetivando relações de poder. Sayão (1997, p. 98) contribui afirmando que

[...] muitos professores, mesmo sem perceber, já ficam incomodados em transmitir esse tipo de conteúdo para seus alunos. Não é difícil que, na apresentação dos aparelhos constitutivos do corpo humano, o reprodutor seja o último da sequência – o que significa que o professor sempre pode contar com a sorte para terminar o ano letivo sem ter de cumprir com a árdua tarefa.

Devido a essa forma de alguns encaminharem o processo ensino-aprendizagem do corpo humano, às crianças nos primeiros anos de escolarização nosso desafio está em compreender a relevância da mediação docente para o desenvolvimento da identidade sexual, pautando-nos nas preposições da Teoria Histórico-Cultural, a fim de instrumentalizar professores/as para o ensino à luz das bases do conhecimento científico.

Partindo do pressuposto que “a tarefa de garantir a apropriação do patrimônio cultural humano é, portanto, a finalidade precípua da educação infantil (PASQUALINI, 2011, p. 76), que fomos motivadas e decidimos aprofundar os estudos para este nível de escolarização, possibilitando que enquanto pedagogos/as e professores/as, possamos ter o aprimoramento intelectual contribuindo para o desenvolvimento de temas relacionados à sexualidade.

O interesse pela temática pautou-se a partir das experiências de docência e observações realizadas nas disciplinas de estágio supervisionado durante o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, em Centros de Educação Infantil, nos quais refletimos e verificamos a incerteza existente por parte dos educadores sobre a forma como trabalhar questões afetas à sexualidade e gênero.



E por considerarmos a relevância e fundamental importância de pesquisas sobre a educação sexual e o estudo de gênero, sobretudo na Educação Infantil, é que nos motivamos a aprofundar continuamente nossos estudos sobre a temática.

A incerteza e insegurança dos profissionais da educação se concretizam como temos observado, por meio de atitudes punitivas ou repreensivas por parte dos professores. Quando a curiosidade parte da criança ou quando o projeto “corpo humano” passa a ser tema de estudo, observamos que é comum a omissão dos órgãos sexuais, ou quando não, atribuem-se nomes de senso comum, como “perereca” e “passarinho”.

É fácil encontrarmos essas palavras no cotidiano escolar, por meio de verbalizações ou pela escrita nas carteiras, nas portas dos banheiros, em bilhetes, muros etc. As pessoas que as proferem ou as escrevem não são somente alunos/as, mas muitas vezes educadores/as, que, ou por desconhecimento, por falta de esclarecimento, ou por vergonha, acabam reproduzindo esses sinônimos. Principalmente as professoras da Educação Infantil, em sua maioria mulheres, utilizam os nomes dos órgãos genitais da criança no diminutivo, ou então com nomes de bichos, como por exemplo: *pererequinha*, *chaninha* para a vulva, e *pipi* ou *pintinho* para o pênis (BRAGA, 2002 *apud* 2008, p. 132).

Diante desta conduta, sabemos que o que falta a estes profissionais da educação, em sua grande maioria está relacionado ao conhecimento científico, portanto,

[...] uma base consistente na formação acadêmica pertinente aos assuntos da sexualidade infantil; os princípios morais ligados à sexualidade ainda estão fortemente impregnados em nossa cultura pelos valores judaico-cristãos, o que faz com que as educadoras sintam-se fragilizadas, diante dessa “nova sexualidade”, que deixa de ser um tabu, porém é algo novo, que não se sabe ainda como trabalhá-la bem (MANGOLD *et al*, 2007, p. 5).

Sobre isto, Felipe e Guizzo (2004, p. 39, grifos nossos) corroboram, defendendo que



[...] educadores e educadoras precisam estar em **constante processo de atualização, para que possam ter a possibilidade de assumir atitudes e posições reflexivas** em relação às situações que acontecem cotidianamente nos espaços educacionais em relação a gênero, à sexualidade, à raça, etnia, dentre outros. [...] **Assim, cabe a profissionais da educação infantil buscar informações conhecimentos a respeito dessas questões**, para que possam, além de outros assuntos igualmente relevantes, compreender os processos de gênero como locais de disputa política e social, que envolve relações, muitas vezes desiguais, de poder.

Nesse sentido, observamos que antigas práticas pedagógicas vão sendo repassadas de geração em geração, caracterizando a Educação Infantil como tempo de cuidar e de brincar até que se espere o desenvolvimento físico das crianças para que a hora de falar sobre sexualidade, de fato chegue, no momento em que não será mais possível adiar a conversa sobre a sexualidade ou o gênero, diante disso refletimos que

a prática de reprimir, inibir, de escamotear e esconder a expressão e a curiosidade da criança é responsável pela maioria das crises e contradições dos conflitos emocionais e sexuais de nossos adolescentes. [...]. Não há plausibilidade educacional em esperar um suposto tempo de maturação para abordar a sexualidade das crianças, acreditando que 'quando chegar o tempo', serão criadas as condições de diálogo e informação sobre o universo sexual e afetivo. É o mundo adulto a esfera institucional que deve oferecer esta alternativa e abrir esta perspectiva pedagógica. Não será possível falar com ressonância e respeito sobre sexualidade, amor, gratuidade e prazer, aos adolescentes se não foram construídas as pontes e suportes na infância. (NUNES; SILVA 2000, p. 118-119).

Neste entendimento, Braga (2008, p. 111) nos ajuda afirmando que

mães e professoras, provavelmente, tiveram esse tipo de educação sexual e a repetem às crianças das quais têm a incumbência de cuidar, tratar e, querendo ou não, educar sexualmente, com um misto de cuidados, bloqueios e repressão [...] representa um modo de minimizar a dificuldade dos adultos em reconhecer a sexualidade das crianças. Ocorre, assim, uma aparente educação sexual tranquila e não agressiva, mostrando às crianças que não *necessitam* e não *podem* pensar nisso!



O que percebemos, é que tais comportamentos e maneiras de lidar com a sexualidade e o gênero não são assim expressos apenas pelos pais e famílias, mas também, infelizmente, por uma grande maioria dos profissionais da educação, diante disso, vale ressaltar que

nesse contexto, a liberdade como uma dimensão da sexualidade, **não encontra condições para emergir e se expressar**. A resignificação da sexualidade só será possível se a própria sala de aula for resignificada, passando a se constituir como um espaço realmente democrático, onde as opiniões, incertezas, divergências e diferenças forem consideradas, discutidas, e, quando possível superadas (LORENCINI JÚNIOR, 1997, p. 93, grifos nossos).

Entendemos que “a sexualidade é o próprio impulso de vida, ou a energia vital, é aquela mola que impulsiona a criança para seu desenvolvimento, é aquela vitalidade comum da criança” (MANGOLD *et al*, 207, p. 5). E, por isto há necessidade de tratá-la com relevância ao desenvolvimento pleno das crianças, isto é, auxiliando-a reconhecer sua identidade sexual.

Diante disso, podemos refletir que a sexualidade é posta na condição humana de forma ontológica, portanto é uma manifestação inerente a todos e a cada ser humano em particular, sendo uma das dimensões privilegiadas de sua manifestação subjetiva, histórica e social (NUNES; SILVA, 2000). Nesse sentido, a sexualidade também pertence ao campo político, “[...] é “aprendida”, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.” (LOURO, 1999, p. 11).

Nesta discussão faz-se necessária a compreensão do ser social, bem como suas características sexuais, na qual estudaremos na próxima parte deste texto.





---

## **Ser Social: A construção de papéis distintos e a função da escola**

Para compreender a nossa construção social enquanto “homens e mulheres” vale ressaltar que não são as características sexuais que determinam o desempenho de papéis distintos das mulheres e dos homens, mas sim as formas como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou pensa é que vai construir o que é feminino ou masculino, em uma determinada sociedade e em um dado momento histórico. “É no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros” (LOURO, 1998, p. 22).

Aprendemos como sermos homens e mulheres ao longo de nossas vidas, seguindo nossa sociedade e nossa cultura. Como se comportar, o que vestir, o que falar, do que brincar, o que preferir, as opções são diferentes para os homens mulheres. Esse processo de socialização de gênero se inicia na infância e é introduzido de forma sutil nas crianças, em vários momentos.

Quando o comportamento de algum aluno/a não se enquadra no “padrão” pré-estabelecido pela sociedade a criança é vista como “diferente”, situações que na maioria das vezes os/as professores/as não sabem lidar, como já dito anteriormente, uma das principais atitudes tomadas é a repressão, tanto nas questões envolvendo gênero, quanto sobre a sexualidade.

Porém, vale ressaltar que não é apenas pelo mecanismo de repressão ou censura que homens e mulheres são construídos, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modo de ser e estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1998, p. 41).

Com isso podemos ressaltar que toda e qualquer forma de socialização é apropriada por uma cultura que é compartilhada por toda a sociedade ou parte dela. A impregnação cultural, o mecanismo pelo qual a criança dispõe de elementos dessa cultura, passa, entre outras coisas, pela confrontação com imagens, com representações. “É com essa imagem que a criança poderá se



expressar [...] poderá captar novas produções” (BROUGÉRE, 1995, p.40). A criança não se relaciona só com o mundo adulto, ela necessita do imaginário, das representações, que acontecem através das imagens, dos símbolos e significados.

A infância é conseqüentemente, um momento de apropriação de imagens e de representações diversas que transitam por diferentes canais. As suas fontes são muitas, diante disso, vale ressaltar que a busca pela compreensão da formação de gênero e a sexualidade envolvem o estudo da formação da criança em seu ambiente social, familiar e escolar. É necessário entender os meios encontrados para a produção e reprodução social da escolha de gênero, bem como o desenvolvimento da sexualidade.

Louro (2000) diz que a escola dissemina a *pedagogia da sexualidade*, que diz respeito às normas, condutas e regras que são estipuladas como aceitas ou não pela sociedade em relação ao sexo. A escola é, portanto, um dos ambientes que reforçam “[...] um investimento que, frequentemente, parece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas, enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas” (LOURO, 2000, p.25). Diante disso, precisamos analisar as práticas educativas, por exemplo, a repressão ou a negação pode acontecer de maneira sutil, em uma fala, ou ao proibir determinado comportamento de uma criança, sem explicação ou conversa.

É necessária a compreensão dos/as profissionais da educação que o desenvolvimento psicológico nos remete que, no âmbito educacional cada indivíduo deve ser visto como agente transformador de sua realidade, por isso a ele deve ser oferecido os mais variados estímulos, para que possam aprender e conseqüentemente se desenvolver, inclusive sobre seu gênero e sua sexualidade, que necessita da educação sexual como nos acrescenta Lorencini Júnior (1997, p. 95, grifos nossos),

a educação sexual, como um processo social no âmbito escolar, poderá ser considerada como um processo de **transformação e mudança**, que parte de um projeto coletivo e





---

atinge os indivíduos, cada qual com sua busca particular do(s) sentido(s) da sexualidade.

Furlani (2009, p. 45, grifos do original) contribui afirmando que

A educação sexual deve **começar na infância** e, portanto, fazer parte do **currículo escolar** – as temáticas discutidas na educação sexual são conhecimentos imprescindíveis à formação integral da criança e do/a jovem. O sexo, o gênero, a sexualidade, a raça, a etnia, a classe social, a origem, a nacionalidade, a religião, por exemplo, são identidades culturais que constituem os sujeitos e determinam sua interação social desde os primeiros momentos de sua existência. A sexualidade se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade. Esperar para abordar a sexualidade, apenas na adolescência, reflete uma visão pedagógica limitada, baseada na crença de que a “iniciação sexual” só é possível a partir da capacidade reprodutiva (puberdade). Com isso, a Escola está sempre atrasada: em relação às expectativas e as vivências das crianças e jovens, em relação a sua capacidade de mudar comportamentos com a informação que oferece.

Comungamos da ideia de Nunes e Silva (2000, p.51) que enquanto profissionais da educação

[...] estamos fazendo muito pouco para que, pelo menos, a criança aprenda a ler e assumir seu próprio corpo. O corpo que é ela própria, constitui seu ser, que vai vivenciá-lo pelo resto da vida e que deverá ser um instrumento de trabalho e prazer. O perigo, aliás, está em negar este último. Frequentemente vemos atribuída à sexualidade uma significação de zona proibida para crianças.

Bem como, a escola deve e pode apresentar características positiva quanto à formação de gênero e formas dessas relações, a Educação Infantil pode ser um espaço favorável para o não-sexismo. É necessário que os/as professores/as e profissionais que trabalham na Educação Infantil tenham consciência deste potencial, para a partir daí repensar a sua prática educativa.



Entendendo que a Educação Infantil é o primeiro contato que a criança tem com a sociedade, com outras crianças, é importante ela se sentir inserida no ambiente, para que possa desfrutar da sexualidade e das relações de gênero de forma prazerosa.

Nessa compreensão, a escola tem função primordial de desenvolver ações pedagógicas, por meio de conteúdos científicos e sistematizados, que visem potencializar as crianças para seu desenvolvimento pleno, inclusive de sua sexualidade, parte constituinte de sua personalidade.

Para Saviani (2005), a principal função da escola está em transmitir os conhecimentos científicos, de maneira sistematizada e não fragmentada, como uma cultura erudita e não popular, o autor ressalta que

podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre da base da natureza biofísica. Consequentemente o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. (SAVIANI, 1991, p.17)

Nesse sentido, é possível compreender que a escola acaba por disseminar os padrões que são produzidos, construídos e modelados pela sociedade de acordo com o momento histórico e social existente, com incorporações de valores, normas, moral e ideologias, que são reprimidas diante da concepção que não se enquadra no modelo já incorporado pela sociedade. Percebemos esses padrões na dificuldade evidente nos adultos em verbalizar, esclarecer, discutir e informar as crianças e adolescentes sobre a sexualidade, desenvolvimento do corpo, sexo e gênero (BRAGA, 2008).

Diante disso, o/a profissional da educação para conversar, discutir, informar seus alunos sobre gênero e/ou sexualidade precisa de uma formação acadêmica. Para tanto, é preciso estudos teóricos sistematizados e obrigatórios nos cursos de formação de professores.

Analisando e refletindo o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, constatamos a inexistência de conteúdos obrigatórios que



norteiem a educação sexual e os estudos de gênero. O Projeto Político Pedagógico não respalda os acadêmicos, que serão futuros professores/as, a compreenderem conhecimentos científicos sobre o ensino da sexualidade e gênero. Diante disso, muitos profissionais da educação incorporam os conhecimentos do senso comum sobre essa temática, transmitindo para os seus alunos esses saberes, desconsiderando os conteúdos científicos.

O primeiro passo para que iniciem mudanças nas práticas escolares é a implantação de estudos sobre sexualidade e gênero nas grades curriculares nos cursos de formação de professores, para que a partir disso, o ambiente acadêmico possa promover discussões, debates, reflexões sobre os estudos de gênero e sexualidade. É somente através da formação sobre essas temáticas que os/as profissionais da educação irão conseguir compreender a importância de estudos neste âmbito. É necessário que tenham consciência de que

os educadores têm uma importância fundamental na vida de uma criança. Eles são os mediadores da aprendizagem formal, mas também são modelos de identificação sexual dos seus alunos, pois assim como os pais, transmitem – verbal ou não-verbalmente – informações sobre a sexualidade. A escola, querendo ou não, interfere na construção da sexualidade de cada aluno (BRAGA, 2002, p.83).

Nesse sentido, o/a educador/a precisa ter consciência de sua influência na formação da sexualidade e do gênero nas crianças, diante disso, é preciso repensar sempre suas práticas pedagógicas, refletir e analisar as questões de gênero na educação, questionando a partir dos conhecimentos científicos os conceitos pré-estabelecidos, procurando desconstruir significados, para não reproduzi-los em suas ações. É um processo longo e contínuo de análises e reflexões, é entender, estudar nosso contexto social, político, econômico, educacional, é re-significar a nossa própria história.



---

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Eliane Rose Maio. **Sexualidade Infantil**: uma investigação acerca da concepção das educadoras de uma creche universitária sobre educação sexual. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – UNESP, Assis.

\_\_\_\_\_, Eliane Rose Maio. **Palavras, “Palavrões”**: um estudo sobre a repressão sexual com base na linguagem empregada para designar a genitália e práticas sexuais, na cultura brasileira. Araraquara, 2008, 241p. Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras Campus Araraquara-SP. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. *In*: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 31-40

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. *In*: **Sexualidade**; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. - Curitiba: SEED –Pr., 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

LORENCINI JUNIOR, Álvaro. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. *In*: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 87-95.

MANGOLD, M. ; MUNARETTO, D. ; OLIVEIRA, T. A. ; OLIVEIRA, V. ; FURLAN, S. A. E. H. ; **ZOTTI, S. A.** . **Sexualidade na Infância**. *In*: VI Congresso Internacional de Educação, 2007, Concórdia. VI Congresso Internacional de Educação - Educação: visão crítica e perspectivas de mudança. Concórdia: Universidade do Contestado, 2007.

MELLO, Suely Amaral. As práticas educativas e as conquistas de desenvolvimento das crianças pequenas. *In*: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria (Org.). **Infância e práticas educativas**. Maringá: EDUEM, 2007, p. 11-22



---

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.09-27.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A Educação Sexual da Criança**: subsídios

teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: 72).

PASQUALINI, Juliana Campregher. A educação escolar da criança pequena na perspectiva histórico-cultural e histórico- crítica. *In*: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. *In*: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997, p. 97-105.